

VICENTE MARTINS PRATA BRAGA

DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGENEOS

Evolução da tutela jurisdicional

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 Finalidade deste livro.....	13
CAPÍTULO 1	
O DIREITO PROCESSUAL COLETIVO.....	21
1 O Direito Processual Coletivo.....	21
1.1 Os fundamentos do Processo Civil moderno	21
1.2 A tutela coletiva do direito.....	31
1.3 Princípios da tutela coletiva	33
1.4 Panorama internacional para o Direito Processual Coletivo.....	38
1.5 Panorama brasileiro para a tutela coletiva	42
1.6 O direito material tutelado.....	47
1.6.1 Os direitos difusos.....	49
1.6.2 Os direitos coletivos	53
1.6.3 Os direitos individuais homogêneos	55
1.6.4 Os direitos individuais indisponíveis.....	58
1.6.5 Alguns elementos de diferenciação dos direitos tutelados coletivamente.....	60
1.7 Dos meios de tutela jurisdicional dos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	64
1.7.1 Da ação civil pública	65
1.7.2 Da ação popular	68
1.7.3 Da ação de improbidade administrativa.....	69
1.8 Dos meios de tutela jurisdicional dos direitos individuais homogêneos.....	71
1.8.1 Da ação civil coletiva.....	71
1.8.2 Do mandado de segurança coletivo.....	76
1.8.3 Da legitimidade do Ministério Público para a tutela de direitos individuais homogêneos	78
1.9 Da tutela coletiva e do controle de constitucionalidade	81
1.10 O Direito Processual Coletivo.....	82
1.10.1 Legitimidade para a tutela coletiva.....	83

1.10.1.1	A associação civil na tutela coletiva de direitos coletivos <i>lato sensu</i> e direitos individuais homogêneos.....	89
1.10.2	A coisa julgada na tutela coletiva.....	97
1.10.2.1	A coisa julgada na tutela coletiva de direitos difusos.....	99
1.10.2.2	A coisa julgada na tutela coletiva de direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	100
1.10.2.3	A coisa julgada na tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	101

CAPÍTULO 2

O INSTITUTO DA <i>CLASS ACTION</i>	105
2 O instituto da <i>class action</i>	105
2.1 Quadro histórico de desenvolvimento da <i>class action</i>	105
2.2 As <i>class actions</i> no ordenamento jurídico de outros países.....	114
2.3 As <i>class actions</i> no ordenamento jurídico italiano.....	116
2.4 O regramento norte-americano das <i>class actions</i>	120
2.4.1 Requisitos para a proposição das <i>class actions</i>	121
2.4.1.1 Primeiro requisito: a impraticabilidade do litisconsórcio.....	123
2.4.1.2 Segundo requisito: questão comum de fato ou de direito.....	128
2.4.1.3 Terceiro requisito: tipicidade das reivindicações ou defesas.....	133
2.4.1.4 Quarto requisito: representatividade adequada.....	135
2.4.2 Tipos de <i>class actions</i>	137
2.4.3 Certificação de classe.....	139
2.4.4 Notificação dos integrantes da classe.....	142
2.4.5 Julgamento da <i>class action</i>	145
2.4.6 Outras questões relativas às <i>class actions</i>	147
2.4.6.1 Acordos.....	147
2.4.6.2 Advogado da classe.....	149
2.4.6.3 Jurisdição para julgamento da <i>class action</i>	151
2.4.6.4 <i>Defendant class action</i>	154
2.5 Da indenização no ordenamento jurídico norte-americano.....	165

CAPÍTULO 3

NORMAS BRASILEIRAS PARA A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS E MEIOS DE SOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	169
3 Normas brasileiras de tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	169
3.1 Lei de Ação Popular – Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.....	173
3.2 Lei de Ação Civil Pública – Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.....	175

3.3	Lei de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências – Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015	177
3.4	Lei de Ação Civil Pública no mercado de valores mobiliários – Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989	179
3.5	Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.....	183
3.6	Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	185
3.7	Leis de Defesa da Ordem Econômica – Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994 e Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011	191
3.8	Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.....	193
3.9	Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	196
3.10	Lei do Mandado de Segurança Individual e Coletivo – Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009	198
3.11	Do sistema de precedentes no ordenamento jurídico brasileiro e dos mecanismos de solução coletiva de conflitos indicados no Código de Processo Civil de 2015.....	201
3.11.1	Decisões em sede de controle de constitucionalidade e súmulas vinculantes	204
3.11.2	Do Incidente de Assunção de Competência	205
3.11.3	Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	207
3.11.4	Dos recursos especial e extraordinário repetitivos	208
3.11.5	Das súmulas do STF e do STJ e da orientação do plenário dos tribunais	209
3.11.6	Das ações possessórias coletivas.....	210
3.12	Da necessária introdução da <i>class action</i> no ordenamento jurídico brasileiro.....	213

CAPÍTULO 4

PROJETOS DE LEI PARA A TUTELA COLETIVA DE DIREITOS.....	215
4 Projeto de lei para a tutela coletiva de direitos	215
4.1 Elementos de comparação e suas propostas de leis	221
4.1.1 A legitimidade para a tutela coletiva de direitos	222
4.1.2 Dos efeitos da decisão em sede de tutela coletiva – A coisa julgada coletiva	227
4.1.3 Da tutela coletiva passiva de direitos individuais homogêneos.	230
4.1.4 Das hipóteses de cabimento	234
4.1.5 Da notificação adequada	235

CAPÍTULO 5

ESTUDOS DE CASOS DE TUTELA COLETIVA	239
5 Estudos de casos de tutela coletiva	239
5.1 Estudo de caso das <i>class action</i> no ordenamento jurídico norte-americano	240
5.1.1 O caso Petrobras.....	240
5.1.2 Outros exemplos de <i>class action</i> nos Estados Unidos	248
5.2 Possíveis aplicações da <i>class action</i> no Brasil	251
5.2.1 Incêndio na Boate Kiss	251
5.2.2 Rompimento de barragens em Mariana e em Brumadinho	253
5.2.3 Incêndio no centro de treinamento “Ninho do Urubu”	255
5.2.4 A pandemia do COVID-19 e a tutela coletiva de direitos.....	256
5.3 Da necessidade de inclusão da legitimidade individual para a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos.....	259

CAPÍTULO 6

PROPOSTA DE <i>LEGE FERENDA</i>	263
6 Proposta de <i>lege ferenda</i>	263
6.1 Do objeto da ação coletiva de tutela de direitos individuais homogêneos.....	264
6.2 Da legitimidade para a proposição de ação coletiva na tutela de direitos individuais homogêneos.....	265
6.3 Da representação adequada para a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos	268
6.4 A coisa julgada em sede de ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos	270
6.5 Dos efeitos territoriais das sentenças prolatadas em sede de ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos	274
6.6 Da notificação dos integrantes da classe	280
6.7 Outros assuntos a serem incluídos na ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos.....	282
6.8 Consolidação da proposta de <i>lege ferenda</i>	283
CONCLUSÃO	289
REFERÊNCIAS.....	297